



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA

ATA DA 27ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário Deputado José Mariz, sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta atendendo ao Edital de Convocação. Havendo número regimental a presidenta declarou abertos os trabalhos da 27ª. Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, contando com a presença dos seguintes membros: a Deputada Estela Bezerra, Deputado Janduhy Carneiro, Deputado Gervásio Maia, Deputado Hervázio Bezerra e Deputado Branco Mendes. Ato contínuo a Presidenta convidou o Deputado Janduhy Carneiro para secretariar os trabalhos, de quem solicitou a leitura do Edital de Convocação e da Ata da 26ª. Reunião Ordinária, realizada no dia 23/11/2016. Posta em discussão e votação, a Ata foi aprovada por unanimidade e sem restrições. Não havendo Expediente em Mesa, deu início a Ordem do Dia. A Presidenta determinou ao Secretário que procedesse a leitura das matérias que constavam na Pauta: Discussão e votação de proposição e respectivo parecer de dispensa a deliberação do Plenário ao Projeto de Lei nº 935/2016, autoria do deputado Bruno Cunha Lima, que “reconhece de Utilidade Pública estadual a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campina Grande”. O relator deputado Branco Mendes proferiu parecer pela juridicidade da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer a Medida Provisória nº 248/2016, do Governador do Estado (Mensagem 024/2016), que “institui o Programa especial de Pagamento de Créditos

Tributários – PEP, altera as Leis N° 6.379, de 2 de dezembro de 1996, 8.567 de 10 de junho de 2008, 9.170 de 29 de junho de 2010, 10.094 de 27 de setembro de 2013, e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes, em substituição ao deputado Gervásio Maia, disse que a medida estabelece prazo para discussão e negociação dos créditos tributários. Proferiu parecer pela juridicidade da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado Janduhy Carneiro. Discussão e votação do parecer a Medida Provisória n° 249/2016, do Governador do Estado (Mensagem 025/2016), que “estabelece critérios para regularização de terrenos pertencentes à CEHAP remanescentes de projetos habitacionais e que não serão destinados aos futuros projetos habitacionais de empresa”. O parecer do relator deputado Branco Mendes foi pela juridicidade e admissibilidade da matéria. Em discussão, a deputada Estela Bezerra esclareceu que a iniciativa do governo do estado regulariza uma série de áreas construídas, mas a iniciativa passa-se a avançar na cidade formal. Disse que João Pessoa tem mais de 124 áreas ocupadas irregularmente. Em seguida, acompanhou o parecer do relator. O Deputado Janduhy Carneiro entendeu que a matéria não tem relevância e urgência para ser deliberada mediante medida provisória e votou contra o parecer. O Deputado Hervázio Bezerra acompanhou o relator. Aprovado o parecer por maioria, com voto contrário do deputado Janduhy Carneiro. Discussão do Veto n° 119/2016, autoria do Governo do Estado que veta totalmente o Projeto de Lei n° 691/2016, de autoria do Deputado Anísio Maia, o qual “obriga as empresas beneficiadas por recursos da FAIN a investir o valor correspondente a 1% (um por cento) dos benefícios financeiros conferidos pelo Estado em projetos sociais e dá outras providências”. Parecer do relator deputado Hervázio Bezerra foi pela manutenção do veto e promoveu a leitura da justificativa. Disse que o projeto do deputado Anísio pode ser benéfico, mas também pode afastar empresas que queiram estabelecer-se no Estado. Em votação, o parecer foi aprovado por maioria com voto contrário do deputado Janduhy Carneiro. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei n° 1.052/2016, (Ofício n° 243/2016 – DPPB/GDPG) da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, que “fixa o subsídio do Defensor Público do Estado da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes promoveu a leitura do parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade do projeto de lei. Em discussão, a deputada Estela Bezerra entendeu que a inconstitucionalidade reside no prazo do projeto. Discordou – voto contrário de Janduhy Carneiro. Por sua vez, o deputado Janduhy Carneiro disse que os subsídios são de competência desta Casa e que a matéria está em trâmite pelo tempo suficiente para apreciação. A deputada Estela Bezerra afirmou que a

matéria chegou no dia 18 de outubro e não observou o prazo de constitucionalidade para a apresentação da propositura. Em votação, o parecer foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado Janduhy Carneiro.

Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.068/2016, autoria do Deputado Adriano Galdino, que “institui a Política Estadual de Proteção ao Nascituro e dá outras providências”. A matéria foi relatada pela deputada Camila Toscano e concedida vista a deputada Estela Bezerra em 23.11.2016. O posicionamento da deputada Camila Toscano foi pela constitucionalidade. Com a palavra, a presidenta da comissão disse que a matéria demanda ações que são prerrogativas do Executivo. Declarou voto pela inconstitucionalidade da matéria. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por maioria, com votos contrários da deputada Estela Bezerra e Hervázio Bezerra. O deputado Branco Mendes votou pela abstenção. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.069/2016, autoria do deputado Adriano Galdino, que “dispõe sobre o direito das unidades familiares homoafetivas nos programas desenvolvidos pelo Estado da Paraíba”. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado Jeová Campos, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.075/2016, autoria do deputado João Gonçalves, que “concede o Título de Cidadão Paraibano ao Senhor Carlos Ramos Pereira, Tenente do Exército Brasileiro e Professor de Artes Cultural e Musical”. A relatora deputada Estela Bezerra proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.076/2016, autoria do deputado Emano Santos, que “institui o Programa Estadual de Segurança Pública da Mulher; cria a Patrulha Maria da Penha no âmbito do território do Estado da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria conforme o Artigo 163 do Regimento Interno. Parecer aprovado por unanimidade. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.080/2016, autoria do deputado Janduhy Carneiro, que “institui a Campanha de Conscientização sobre Depressão Infanto-Juvenil, e dá outras providências”. O relator deputado Gervásio Maia, em substituição à deputada Camila Toscano, proferiu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.081/2016, autoria do deputado Zé Paulo de Santa Rita, que “torna obrigatória a instalação de balanças digitais em estabelecimentos que comercializam alimentos a peso, cuja medição não tenha sido acompanhada pelo consumidor”. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado Jeová Campos, disse que a matéria é de competência dos municípios e proferiu parecer pela inconstitucionalidade do projeto por vício formal de iniciativa. O deputado Janduhy Carneiro entendeu existir amparo legal da propositura, visto se tratar de

norma específica. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado Janduhy Carneiro. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.082/2016, autoria do deputado Zé Paulo de Santa Rita, que “estabelece normas gerais para o funcionamento de Food Trucks, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes proferiu parecer pela inconstitucionalidade por vício de competência. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.083/2016, autoria do deputado Zé Paulo de Santa Rita, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos de saúde que menciona e dá outras providências”. O deputado Hervázio Bezerra, em substituição à deputada Camila Toscano, proferiu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.085/2016, autoria do deputado Zé Paulo de Santa Rita, que “estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações no IMEI (International Mobile Equipment Identity) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares”. O relator deputado Janduhy Carneiro, após a leitura do parecer, opinou pela admissibilidade e constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.086/2016, de autoria do deputado Raniery Paulino, que “dispõe sobre o controle de veículos, máquinas e equipamentos a serviço do Governo do Estado da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes, com fundamento no artigo 63 do Regimento Interno, proferiu parecer pela inconstitucionalidade, pois a matéria é de competência exclusiva do Poder Executivo. Em discussão, o deputado Janduhy Carneiro disse que a matéria versa sobre a transparência conferida pela identificação de bem público, razão pela qual não haveria vício de iniciativa. Em votação, o parecer foi aprovado por maioria com voto divergente do deputado Janduhy Carneiro. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.088/2016, autoria do deputado Zé Paulo de Santa Rita, que “dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos no âmbito do Estado da Paraíba, aos postulantes a cargos ou empregos públicos que sejam doadores de sangue aos hemocentros, hospitais e/ou outras instituições públicas”. O relator deputado Branco Mendes proferiu parecer pela injuridicidade da matéria e prejudicialidade devido à existência de lei com mesmo conteúdo. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.089/2016, de autoria do deputado Tovar Correia Lima, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de avaliação visual e auditiva nas crianças matriculadas no ensino regular da rede pública estadual de educação”. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela prejudicialidade da matéria, devido à existência de lei em vigor no mesmo sentido. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.090/2016, autoria do deputado Janduhy Carneiro, que

“institui a Campanha Estadual de Combate a Automedicação, e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes, em substituição à deputada Camila Toscano, parecer pela constitucionalidade da matéria com emenda modificativa. Em discussão, o deputado Janduhy Carneiro afirmou que a matéria não cria despesa, por tratar de campanha de conscientização da sociedade quanto à automedicação. Em votação, o parecer pela constitucionalidade com emenda modificativa foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.091/2016, autoria do deputado Jeová Campos, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de duchas higiênicas em locais que determina”. O relator deputado Janduhy Carneiro proferiu pela constitucionalidade da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.094/2016, autoria do deputado Galego Souza, que “dispõe sobre a instituição do Programa ‘Feira das Mulheres Trabalhadoras Rurais’ no Estado da Paraíba, e dá outras providências”. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição à deputada Camila Toscano, afirmou que a matéria é de competência do Chefe do Poder Executivo e proferiu parecer pela inconstitucionalidade por vício de iniciativa. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.095/2016, autoria do deputado Artur Filho, que “dispõe sobre a proibição do uso de placas informativas, impressão em bilhetes ou cupons, em estacionamentos e/ou similares com os seguintes dizeres: ‘NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS POR DANOS MATERIAIS E/OU OBJETOS DEIXADOS NO INTERIOR DO VEÍCULO’”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, em substituição ao Deputado Jeová Campos, o qual emitiu Parecer pela Prejudicialidade, por já existir matéria de igual teor. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.096/2016, autoria do deputado Artur Filho, que “institui no âmbito do Estado da Paraíba o Dia do Treze Futebol Clube”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, o Deputado Janduhy Carneiro parabenizou a propositura do projeto de lei. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.097/2016, autoria do deputado Artur Filho, que “institui feriado estadual aos funcionários de Cooperativas no âmbito do Estado da Paraíba”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, em substituição à Deputada Camila Toscano, que emitiu o Parecer pela Inconstitucionalidade e Antijuridicidade da matéria por vício de iniciativa. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.098/2016, autoria da deputada Camila Toscano, que “isenta os atletas que representarem o Brasil em competições internacionais do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade

da matéria com emenda modificativa. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.099/2016, autoria do deputado Bruno Cunha Lima, que “institui o Dia Estadual de Enfrentamento da Tuberculose e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, em substituição à Deputada Camila Toscano, o qual emitiu Parecer pela Prejudicialidade, por já existir matéria de igual teor, e sugeriu o Arquivamento do projeto. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.100/2016, autoria do deputado Caio Roberto, que “dispõe sobre a realização anual de avaliação física nos alunos da rede de ensino da Paraíba”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu Parecer pela Prejudicialidade, por já existir matéria de igual teor, e Arquivamento do projeto. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.101/2016, autoria do deputado João Bosco Carneiro, que “reconhece o Vaqueiro como Manifestação Cultural Popular e Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por maioria, com abstenção do voto da Deputada Estela Bezerra. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.102/2016, autoria do deputado Edmilson Soares, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de toda empresa prestadora de serviços de segurança privada ter, em seu quadro de pessoal, no mínimo 20% de seguranças do sexo feminino”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, em substituição à Deputada Camila Toscano, o qual emitiu Parecer pela Inconstitucionalidade da matéria, por vício de iniciativa. A matéria trata de Direito do Trabalho, competência legislativa privativa da União. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.103/2016, autoria do deputado Janduhy Carneiro, que “cria nas escolas públicas e particulares de ensino do estado da Paraíba, programas que orientem e incentivem os alunos a uma leitura e pesquisa saudável na internet”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, em substituição à Deputada Camila Toscano, o qual emitiu Parecer pela Inconstitucionalidade da matéria, por vício de iniciativa. Posto em discussão o Parecer, o Deputado Janduhy Carneiro se mostrou contrário ao Parecer. Em votação, o Parecer foi aprovado por maioria, com um voto divergente do Deputado Janduhy Carneiro. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.104/2016, autoria do deputado Nabor Wanderley, que “dispõe sobre a classificação da Surdez Unilateral como deficiência auditiva no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade

da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.106/2016, autoria do deputado Caio Roberto, que “obriga as empresas prestadoras de serviço de TV por assinatura, telefonia móvel e transmissão de dados e internet móvel e fixa, situadas no âmbito do Estado da Paraíba, disponibilizar a rescisão contratual de serviços por atendimento via internet”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, em substituição à Deputada Camila Toscano, que emitiu o Parecer pela Constitucionalidade da matéria com emenda modificativa para adequação da melhor técnica de redação. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade com emenda modificativa. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.107/2016, autoria do deputado Caio Roberto, que “dispõe sobre a disponibilização por locadoras de veículos de cadeirinha auxiliar e assento elevado, e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, que emitiu o Parecer pela Constitucionalidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.109/2016, autoria do deputado Nabor Wanderley, que “alteram-se dispositivos da Lei nº 9.858, de 17 de julho de 2012 e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, o qual emitiu Parecer pela Prejudicialidade, por já existir matéria de igual teor, e Arquivamento do projeto. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.110/2016, autoria do deputado João Henrique, que “ficam proibidas as operações de plano de saúde de estabelecerem critérios que dificultem ou impossibilitem a sua contratação por idosos e pessoas com deficiência, estando equiparados aos demais clientes por força do Código do Consumidor no âmbito do Estado da Paraíba”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria com emendas modificativa e substitutiva. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.112/2016, autoria do deputado Janduhy Carneiro, que “dispõe sobre a Política Estadual de Proteção as Crianças Acometidas de Microcefalia”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, em substituição à Deputada Camila Toscano, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade da matéria com emenda modificativa. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.114/2016, autoria do deputado Jutay Meneses, que “dispõe sobre a proibição na definição do prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos e medidas de diferenciação entre os pacientes cobertos por planos ou seguros privados de assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios”.

A propositura foi retirada de pauta a pedido da Presidente da Comissão. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.115/2016, autoria do deputado Jutay Meneses, que “institui regra de acessibilidade com a obrigatoriedade de exibição de legendas na reprodução de filmes nas salas de cinema do Estado da Paraíba e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.116/2016, autoria do deputado Jutay Meneses, que “inclui o doador regular de sangue nos grupos prioritários para receber gratuitamente a imunização contra o vírus influenza A (H1N1) na rede pública do estado da Paraíba”. A propositura foi retirada de pauta a pedido da Presidente da Comissão. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.117/2016, autoria do deputado Jutay Meneses, que “dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas de inscrição dos concursos públicos estaduais e processos seletivos para ingresso em cursos das instituições estaduais de ensino superior no Estado da Paraíba”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.118/2016, autoria do deputado Edmilson Soares, que “disciplina o comércio eletrônico de produtos e serviços por meio de sites de compra coletiva”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu Parecer pela Inconstitucionalidade da matéria, por vício de iniciativa. A matéria trata de competência legislativa privativa da União. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.119/2016, autoria do deputado Edmilson Soares, que “determina a fixação, pelos açougues e supermercados, de informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade, Juridicidade e boa técnica da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.121/2016, autoria do deputado Tovar Correia Lima, que “institui a Semana Maria da Penha na rede Estadual de Ensino”. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.122/2016, autoria do deputado Tovar Correia Lima, que “dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham sido condenadas por atos de improbidade, corrupção, e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Branco Mendes em substituição à Deputada Camila Toscano, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade da matéria com emenda substitutiva. Posto em discussão o Parecer, não houve

quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.124/2016, autoria do deputado Tovar Correia Lima, que “determina que pessoas feridas em acidente de trânsito sejam levadas, pelo corpo de bombeiros ou Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), para hospitais conveniados aos seus planos de saúde”. Pedido de vista pela Presidente da Comissão, Deputada Estela Bezerra. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.125/2016, autoria do deputado Tovar Correia Lima, que dispõe sobre “isenção para as pessoas maiores de 60 anos, do pagamento de quaisquer taxas estaduais relativas à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PB”. Relatoria: Deputado Branco Mendes em substituição à Deputada Camila Toscano, o qual emitiu Parecer pela Inconstitucionalidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.126/2016, autoria do deputado Tovar Correia Lima, que “estabelece limites para os gastos com a realização de solenidades, cerimônias ou quaisquer atos oficiais realizados com recursos públicos do Estado da Paraíba para a inauguração de obras públicas, e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu Parecer pela Inconstitucionalidade da matéria. Posto em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foram colocados em discussão e votação os seguintes projetos de resolução: Projetos de Resolução nº. 83/2015, autoria do deputado Charles Camaraense que “concede a Medalha João Paulo II ao Padre Severino Firmino da Silva e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Janduy Carneiro em substituição ao Deputado Jeová Campos, o qual emitiu Parecer pela Constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de Resolução nº 142/2016, autoria do deputado Bruno Cunha Lima, que “determina inclusão de emendas e pareceres parlamentares no cômputo da produção legislativa dos respectivos autores e dá outras providências”. Relatoria: Deputado Branco Mendes em substituição ao Deputado Hervásio Bezerra. O parecer emitido foi pela Inconstitucionalidade por vício formal de iniciativa. A matéria tratada é de iniciativa da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Paraíba. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais matérias requerendo apreciação, a Presidente agradeceu a presença dos membros da Comissão e declarou encerrada a reunião. E para constar, lavramos a presente Ata, Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, e Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta Deputada Estela Bezerra, conforme dispõe o art. 60, do RI, desta Casa

Legislativa. Plenário Deputado José Mariz, João Pessoa, 13 de dezembro de 2016.

Deputada Estela Bezerra
- Presidenta -